Art. 4º É obrigatória a higienização frequente dos veículos utilizados no Sistema de Transporte do Distrito Federal.

§1º O interior dos veículos deve ser higienizado antes do início de cada viagem e o exterior, ao menos uma vez ao dia.

§2º A higienização deve ser realizada, em especial, nos pontos de contato com as mãos.

§3º A limpeza interna dos veículos deve ser realizada com Hipoclorito de Sódio - Cloro Ativo ou álcool etílico hidratado 70% INPM e a limpeza externa, com água e sabão.

Art. 5º Todos os veículos integrantes da frota do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF deverão contar com dispensadores de álcool em gel 70% em seu interior, com capacidade mínima de 800 (oitocentos) mililitros.

Parágrafo único. Os dispensadores de que trata o caput deverão:

I - estar localizados em pontos de fácil acesso e visibilidade, preferencialmente próximos às áreas de embarque; e

II - ser reabastecidos diariamente, em momento anterior ao início da operação.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA

CONTROLADORIA SETORIAL DA JUSTIÇA

PORTARIA Nº 54, DE 10 DE JUNHO DE 2021

O CONTROLADOR SETORIAL DA JUSTIÇA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL, Substituto, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 3º e o anexo III, do Decreto nº 39.807, de 06 de maio de 2019, bem como pela delegação de competência oriunda da Portaria nº 131, de 14 de junho de 2019, publicada no DODF de 26 de junho de 2019, página 07, em seu art. 1º, inciso, II e no art. 211 e seguintes da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Acolher integralmente o Relatório SEI-GDF nº 01/2019 - SECRIANÇA/GAB/CORREG/COMSIN, constante dos autos do processo de Sindicância 0417-000425/2017, para determinar o seu arquivamento, com fundamento no art. 244, §1º, I c/c §2º, da LC nº 840/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FABIO HENRIQUE GERALDO DOS SANTOS

CONSELHO DE POLÍTICA SOBRE DROGAS

ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2021 E 595ª REUNIÃO DO
CONEN/DF

Às nove horas e quinze minutos do dia seis de maio de dois mil e vinte e um, em ambiente virtual, pelo aplicativo Zoom, reuniu-se o colegiado para a Quinta Reunião Ordinária do exercício de 2021 e 595ª Reunião do CONEN/DF. Presentes os Conselheiros: A Presidente Teodolina Martins Pereira, e os demais Conselheiros: Rogério Henrique Rezende Oliveira, Stênio Ribeiro de Oliveira, Francisco das Chagas Alves Aguiar Júnior, Aline Sena da Costa Menezes, Juvenal Araújo Júnior, Francisco Cordeiro, Elísio Teixeira Lima Neto, Diogo Fonseca Santos Kutianski, Priscila Estrela Himmen, Alexandre Natá Vicente, Paulo Silva Vieira, Rosany Cristina Jakubowski de Carvalho Carneiro, Célia Regina Gomes de Moraes, Miriam Inez Pessoa de França e Rogério Soares de Almeida Silveira. Participaram como visitantes: Waleska Batista Fernandes (servidora da Secretaria de Saúde do Distrito Federal), Tiago da Silva (servidor da Secretaria de Justiça e Cidadania), Flosina Bonfim Nunes (servidora da Secretaria de Justiça e Cidadania); Romeu Albuquerque (Representante Suplente Do Conselho Regional De Psicologia), Cinthia Sousa (Representante Suplente Da Secretaria De Esporte e Lazer), Marmenha Do Rosário (Representante Suplente Da Secretaria De Estado De Cultura e Economia Criativa) Andreia Salles De Souza (representante suplente da sociedade civil), Gustavo Martins Simão (representante suplente da sociedade civil), Helanio Eduardo Cabral Silva (representante suplente da sociedade civil) e Daniela Peón Tamanini Rosales (representante suplente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Distrito Federal) ABERTURA DOS TRABALHOS: Antes de iniciar a reunião, a presidente Teodolina Martins realizou pequena apresentação do Conselho aos novos conselheiros e os saudou. Em seguida, passou-se à aprovação da ata da 4ª Reunião Ordinária e 594ª do Conselho de Política Sobre Drogas, que foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, passou-se à Ordem do Dia; APRESENTAÇÃO E POSSE DOS CONSELHEIROS: SR. ROMEU ALBUQUERQUE (REPRESENTANTE SUPLENTE DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA), SRA. CINTHIA SOUSA (REPRESENTANTE SUPLENTE DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER), SRA. MARMENHA DO ROSÁRIO (REPRESENTANTE SUPLENTE DA SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA) E SR. RAFAEL SILVA (REPRESENTANTE SUPLENTE DOS CENTROS DE RECUPERAÇÃO, COMUNIDADES TERAPÊUTICAS E SIMILARES NÃO GOVERNAMENTAIS); A presidente Teodolina novamente saudou os novos conselheiros, demonstrando satisfação pela chegada dos mesmos. Os novos conselheiros realizaram pequena apresentação acerca das atividades as quais realizam, colocando-se à disposição do Conselho para atuação nas atividades da política sobre drogas. Em seguida,

a presidente Teodolina Martins explicou que o Conselheiro Rafael se encontrava com a posse sobrestada, em virtude da ausência da entrega dos documentos necessários. APRESENTAÇÃO E POSSE DOS CONSELHEIROS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL: SR. ROGÉRIO SOARES DE ALMEIDA SILVEIRA, SRA. ANDREIA SALLES DE SOUZA, SR. GUSTAVO MARTINS SIMÃO E SR. HELANIO EDUARDO CABRAL SILVA. A presidente Teodolina Martins deu as boas-vindas aos novos conselheiros, colocando o Conselho à disposição para qualquer necessidade. Os conselheiros realizaram pequena apresentação acerca das atividades as quais realizam, colocando-se à disposição do Conselho para auxiliarem na construção de políticas na área da drogadição. APRESENTAÇÃO E POSSE DA CONSELHEIRA SUPLENTE REPRESENTANTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO DISTRITO FEDERAL – SRA. DANIELA PEÓN TAMANINI ROSALES. A presidente Teodolina Martins apresentou a nova conselheira aos demais conselheiros, desejando a ela as boas-vindas. Com a palavra, a conselheira Daniela realizou pequena apresentação acerca das suas atividades na política sobre drogas, colocando-se à disposição para contribuir com o grupo de conselheiros. Em seguida, o conselheiro Stênio desejou sucesso à conselheira na jornada no Conselho. DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS PARCERIAS. A presidente Teodolina Martins introduziu o tema, explicando principalmente aos novos conselheiros a maneira pela qual funciona a parceria, especificamente no que tange à comissão de monitoramento. Explicou as alterações realizadas na composição da comissão de monitoramento e avaliação no decorrer da parceria. Relatou que, em virtude da impossibilidade da realização das visitas em razão da pandemia, o CONEN-DF encaminhou documento ao Controle Setorial da Secretaria de Justiça e Cidadania com o fito de suspender a realização de tais visitas. Em resposta, o Controle Setorial emitiu Nota Técnica afirmando a existência de provável conflito de interesse no fato de os Conselheiros exercerem as funções da comissão de monitoramento e avaliação. Ato contínuo, afirmou que foi instruído processo que solicita à Secretaria de Justiça servidores para a composição da comissão de monitoramento e avaliação. Ademais, afirmou que fora solicitado veículo para a realização das visitas mencionadas acima para a comissão. No entanto, recebeu a informação de que as demandas deveriam ser cobertas pelo TáxiGov. Ao final, reiterou a importância do acompanhamento dos conselheiros às parcerias. A Conselheira Miriam cumprimentou os novos conselheiros que tomaram posse por ocasião da reunião. Relatou a necessidade de apoio ao Conselho e aos Conselheiros para a realização das visitas relativas à parceria. Ademais, ressaltou a necessidade de designação servidores no âmbito do Conselho para a composição da comissão de monitoramento. Sugeriu que fosse solicitado à Secretaria de Justiça o agendamento de uma reunião para tratar das demandas do CONEN-DF. O Conselheiro Francisco Júnior reiterou as dificuldades da disponibilização dos veículos para a realização de visitas que estão nas funções do Conselho. Ressaltou a importância do agendamento da reunião para exposição das demandas do CONEN-DF. Em seguida, o Conselheiro Alexandre desejou as boas-vindas aos novos conselheiros. Ato contínuo, suscitou a importância da designação dos servidores para a composição da comissão de monitoramento e avaliação. Expôs as dúvidas quanto ao funcionamento da comissão de monitoramento e avaliação, de forma específica acerca da competência para aprovação das contas; Em seguida, o Conselheiro Stênio questionou se a publicação do novo ato setorial influi na atuação da comissão de monitoramento e avaliação. Além disso, partilhou da opinião dos demais conselheiros quanto à importância do agendamento de reunião com a Secretária de Justiça. Em esclarecimento, a presidente Teodolina Martins esclareceu que não há vinculação das atividades da comissão de monitoramento ao novo ato normativo setorial. Em seguida, ratificou a importância do encaminhamento de ofício com solicitação de agendamento de reunião com a Secretária. Por fim, explicou que a competência para a aprovação das contas referentes à parceria é do Secretário da pasta. DA PROPOSTA PARA APROVAÇÃO DO PERIÓDICO DO CONEN-DF. A presidente Teodolina Martins explicou as motivações e como surgiu a ideia de publicação do periódico do CONEN-DF. O secretário-executivo do CONEN-DF, Sr. Marcelo Ramos, explicou que o periódico tem a ideia de divulgar as ações, representações e a importância do Conselho de Política Sobre Drogas. Em seguida, apresentou a “boneca” do periódico objeto de deliberação. Citou o espaço reservado a textos escritos pelos próprios conselheiros, sobre as respectivas representações na política sobre drogas. Aberta a palavra aos Conselheiros, a conselheira Célia demonstrou sua aprovação da ideia e colocou-se à disposição para auxiliar na construção do periódico. Em seguida, as Conselheiras Miriam e Priscila corroboraram a opinião da Conselheira Célia acerca da pauta em deliberação. O Conselheiro Rogério externou seus elogios acerca da ideia da publicação do periódico, colocando a Polícia Civil do Distrito Federal à disposição para o fornecimento de materiais. O Conselheiro Stênio sugeriu a realização de entrevistas para a composição do periódico. Sugeriu também a formatação de parcerias com universidades para melhoria da qualidade do periódico. O Conselheiro Romeu sugeriu a formatação de um conselho editorial para decidir acerca da publicação dos textos dos periódicos. A conselheira Andrea elogiou a iniciativa do CONEN-DF e sugeriu o acréscimo de informações do que vêm acontecendo na temática da drogadição por todo o mundo. O Conselheiro Gustavo sugeriu a criação de um banco de informações atemporais, para serem encaixadas nos espaços livres do periódico, bem como sugeriu para que sejam inseridas informações à Comunidade de como pode ocorrer o processo de regularização das instituições. O conselheiro Elísio saudou os demais conselheiros e corroborou com o argumento de que as alterações ocorridas na legislação internacional influem diretamente no Brasil. Encaminhada a votação, a ideia de criação do periódico foi aprovada por unanimidade. DO LEVANTAMENTO DAS CENAS DE USO DE DROGAS NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DISTRITO FEDERAL, CONFORME PROCESSO SEI Nº 00400-00007546/2021-49. O sr. Marcelo Ramos, iniciou o ponto de pauta

explicando quais eram as motivações da busca de informações acerca das cenas de drogas. Citou a importância das informações para que o conselho formule políticas públicas. Em seguida, o sr. Tiago da Silva, servidor do Conselho de Política Sobre Drogas realizou apresentação do objeto do processo. Explicou as metodologias, objetivos e demais informações do processo. Relatou a importância de demonstrar o volume dos locais e algumas informações acerca das pessoas que estão nas cenas de uso de drogas. A conselheira Célia parabenizou a equipe do Conselho e relatou a existência do LECUCA e LENAD, para o fornecimento de dados e informações ao trabalho que o Conselho está realizando. Em seguida, o conselheiro Gustavo sugeriu consulta ao Instituto Ipês para fornecer ao CONEN-DF várias informações. DA REFORMULAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 04, DE 15 DE MARÇO DE 2018, QUE VERSA ACERCA DA COMPOSIÇÃO DAS CÂMARAS TÉCNICAS DO CONSELHO DE POLÍTICA SOBRE DROGAS. A presidente Teodolina Martins relatou que o Conselho possui cinco Câmaras Técnicas para a análise e emissão de parecer as demandas encaminhadas ao CONEN-DF. Citou de forma breve as funções de cada uma das Câmaras Técnicas. Explicou que as Câmaras Técnicas tinham composição definida de forma nominal. Sugeriu a alteração da composição das Câmaras Técnicas por representação. Ressaltou que cada representação pode constar de mais de uma Câmara Técnica. Encaminhada a votação pela composição das Câmaras Técnicas por representação, foi aprovada a proposta de composição por representação por unanimidade. APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÃO DE PROJETO DE PREVENÇÃO PELA CONSELHEIRA CÉLIA REGINA, REPRESENTANTE TITULAR DAS COMUNIDADES TERAPÊUTICAS; A conselheira Célia iniciou a apresentação lembrando que a apresentação está sendo feita novamente a pedido de alguns dos conselheiros. A Conselheira Célia apresentou dois projetos. O primeiro deles trata da participação da Família na Escola durante os finais de semana, com oferecimento de atividades esportivas, culturais, de qualificação para o mercado de trabalho, entre outros. O escopo do projeto é trabalhar a prevenção aos fatores de risco que levam as pessoas ao consumo de drogas (aspectos sociais, financeiros). Seriam utilizados profissionais das próprias escolas, parcerias com universidades para realização das atividades. O segundo projeto destaca a importância da prevenção no ambiente domiciliar para os familiares, por meio de ações informativas, vídeos e ações nas redes sociais (Instagram, Youtube). Destacou a necessidade de ações de prevenção, mostrando a importância de mostrar uma perspectiva fora da drogadição. Em seguida, a conselheira Teodolina Martins realizou comentário acerca dos projetos apresentados pela conselheira Célia. O conselheiro Stênio relatou que participou de projeto semelhante ao apresentado no Rio de Janeiro. Citou as dificuldades que podem se apresentar no contexto da execução do projeto. Relatou a participação de empresários e comerciantes para possibilitarem o sucesso dos projetos, para aporte financeiro e para o melhor funcionamento dos projetos. Em seguida, o Conselheiro Francisco Cordeiro ressaltou a importância dos projetos de prevenção. Relatou os dados fornecidos pelas Nações Unidas acerca das ações acertadas na realização de políticas sobre drogas, principalmente quanto à efetividade. Ademais, colocou o Conselho Regional de Psicologia a disposição para a realização de atendimentos nos projetos. Solicitou que fosse dada a relevância nas discussões do CONEN-DF ao consumo do álcool, uma vez que é a substância mais consumida. O conselheiro Paulo ressaltou a importância dos projetos apresentados pela Conselheira Célia e citou a discussão de projeto no âmbito da Secretaria de Educação, à medida que aconteça o retorno às atividades. Colocou à disposição do Conselho a Subsecretaria de Educação Básica para a realização de tratativas sobre os projetos apresentados. A conselheira Andreia elogiou os projetos apresentados pela conselheira Célia. INFORMAÇÕES GERAIS; A presidente Teodolina Martins informou que a nova proposta de Regimento Interno será encaminhada à Câmara Técnica Normativa para análise, tão logo aconteça a designação das representações das Câmaras Técnicas. Da mesma forma, relatou a necessidade de análise do Edital de Registro de Entes e Agentes Antidrogas. Em seguida, relatou que para melhor entendimento dos conselheiros acerca dos pareceres de Cadastro de Entes e Agentes Antidrogas, as votações dos pareceres do mencionado cadastro serão feitas durante as reuniões ordinárias do CONEN-DF. Em seguida, a Conselheira Célia citou que recebeu informações sobre o recrutamento de dependentes químicos por empresas para utilização em formas de trabalho escravo. ENCERRAMENTO: Por fim, a presidente do CONEN/DF, declarou o fim dos trabalhos da ordem do dia e encerrou a plenária às 12h05min. E, para constar, foi redigida e lavrada para que, após lida e aprovada, seja assinada pela Presidente e demais Conselheiros do CONEN/DF. Teodolina Martins Pereira, Presidente do CONEN-DF e Representante da Secretária de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal; Rogério Henrique Rezende Oliveira, Representante da Polícia Civil do Distrito Federal; Stênio Ribeiro de Oliveira, Representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Distrito Federal; Francisco das Chagas Alves Aguiar Júnior, Representante do Conselho Regional de Farmácia do Distrito Federal; Aline Sena da Costa Menezes, Representante da Associação Médica de Brasília; Juvenal Araújo Júnior, Representante da Sociedade Civil; Francisco Cordeiro, Representante do Conselho Regional de Psicologia; Elísio Teixeira Lima Neto, Representante do Ministério Público do Distrito Federal; Diogo Fonseca Santos Kutianki, Representante da Secretária de Estado de Cultura e Economia Criativa; Priscila Estrela Himmen, Representante da Secretária de Estado de Saúde; Alexandre Natá Vicente, Representante da Secretária de Desenvolvimento Social; Paulo Silva Vieira, Representante da Secretária de Estado da Educação; Rosany Cristina Jakubowski de Carvalho Carneiro, Representante do Centro de Recuperação, Comunidades Terapêuticas e Similares, não-Governamentais; Célia Regina Gomes de Moraes; Representante do Centro de Recuperação, Comunidades Terapêuticas e Similares, não-Governamentais, Miriam Inez Pessoa de França; Representante da Secretária de Estado de Esporte e Lazer; Rogério Soares de Almeida Silveira, Representante da Sociedade Civil.

RESOLUÇÃO Nº 03, DE 10 DE JUNHO DE 2021

Dispõe sobre a concessão do registro em caráter provisório no Cadastro de Entes e Agentes Antidrogas do Distrito Federal em favor da entidade Instituto Renovo, CNPJ: 08.931.500/0001-59, CEAAD, nº 08/2020, mantido pelo Conselho de Política Sobre Drogas do Distrito Federal (CONEN-DF), nos termos do art. 47 e art. 48, da Portaria nº 17, de 05 de setembro de 2011, e Resolução nº 06, de 14 de abril de 2020, por um período de 6 (seis) meses.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DE POLÍTICA SOBRE DROGAS, DA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais que lhe são conferidas e considerando o disposto no art. 47 e art. 48, da Portaria nº 17, de 05 de setembro de 2011, considerando as competências do colegiado constantes do art. 12, do Decreto Distrital nº 32.108, de 25 de agosto de 2010, bem como, o disposto na RDC nº 29/2011 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, na Resolução nº 03, de 04/11/2009-CONEN/DF, e considerando a decisão do colegiado do Conselho de Políticas Sobre Drogas do Distrito Federal (CONEN-DF) na ocasião da 6ª Reunião Ordinária de 2021 e 596ª do CONEN/DF, que ocorreu no dia 10/06/2021, que acolheu o Relatório Técnico emitido pelo Grupo de Trabalho criado pela Ordem de Serviço nº 03/2021, de 14 de janeiro de 2021, publicada no DODF nº 11, página 29, de 18 de janeiro de 2021, conforme processo 00400-00019848/2020-89, resolve:

Art. 1º Conceder a entidade Instituto Renovo, CNPJ: 08.931.500/0001-59, o registro provisório no Cadastro de Entes e Agentes Antidrogas do Distrito Federal - CEAAD, nº 08/2020, mantido pelo Conselho de Política Sobre Drogas do Distrito Federal (CONEN-DF), nos termos do art. 47 e art. 48, da Portaria nº 17, de 05 de setembro de 2011, por um período de 6 (seis) meses, a contar da publicação desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

TEODOLINA MARTINS PEREIRA

RESOLUÇÃO Nº 04, DE 10 DE JUNHO DE 2021

Dispõe sobre a concessão do registro em caráter provisório no Cadastro de Entes e Agentes Antidrogas do Distrito Federal em favor da entidade COMUNIDADE TERAPÊUTICA CASA DO PAI, CNPJ: 13.140.193/0001-28, CEAAD, nº 10/2020, mantido pelo Conselho de Política Sobre Drogas do Distrito Federal (CONEN-DF), nos termos do art. 47 e art. 48, da Portaria nº 17, de 05 de setembro de 2011, e Resolução nº 06, de 14 de abril de 2020, por um período de 6 (seis) meses.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DE POLÍTICA SOBRE DROGAS, DA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais que lhe são conferidas e considerando o disposto no art. 47 e art. 48, da Portaria nº 17, de 05 de setembro de 2011,

Considerando as competências do colegiado constantes do art. 12, do Decreto Distrital nº 32.108, de 25 de agosto de 2010, bem como, o disposto na RDC nº 29/2011 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, na Resolução nº 03, de 04 de novembro de 2009-CONEN/DF, e

Considerando a decisão do colegiado do Conselho de Políticas Sobre Drogas do Distrito Federal (CONEN-DF) na ocasião da 6ª Reunião Ordinária de 2021 e 596ª do CONEN/DF, que ocorreu no dia 10/06/2021, acolheu o Relatório Técnico emitido pela Relatora, designada pela Ordem de Serviço nº 06, de 18 fevereiro de 2021, publicada no DODF nº 34, de 22 de fevereiro de 2021, página 30, conforme processo 00400-00018082/2020-15, resolve:

Art. 1º Conceder a entidade Comunidade Terapêutica Casa do Pai, CNPJ: 13.140.193/0001-28, o registro provisório no Cadastro de Entes e Agentes Antidrogas do Distrito Federal - CEAAD, nº 10/2020, mantido pelo Conselho de Política Sobre Drogas do Distrito Federal (CONEN-DF), nos termos do art. 47 e art. 48, da Portaria nº 17, de 05 de setembro de 2011, por um período de 6 (seis) meses, a contar da publicação desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

TEODOLINA MARTINS PEREIRA

SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA - DF LEGAL

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

ATO DECLARATÓRIO Nº 38/2021

Bens e mercadorias apreendidos no período de 1º a 8 de junho de 2021, com proprietários não identificados. Processo 04017-00000377/2021-55.

A SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL – DF LEGAL, no uso da competência conferida pelo § 2º do art. 5º da Portaria nº 37, de 04 de junho de 2020, da DF LEGAL, e em cumprimento ao previsto no § 4º do art. 52 da Lei nº 5.547, de 06 de outubro de 2015, DECLARA NÃO IDENTIFICADOS OS PROPRIETÁRIOS DOS BENS E MERCADORIAS APREENDIDOS E RECOLHIDOS AO DEPÓSITO DA DF LEGAL, na seguinte ordem: NUMERO DO AUTO DE APREENSÃO, DATA DA APREENSÃO, QUANTIDADE E IDENTIFICAÇÃO DOS BENS E MERCADORIAS APREENDIDOS CUJOS PROPRIETÁRIOS NÃO FORAM IDENTIFICADOS: D59590, 1º/06/2021, 01 meio de propaganda 7,5m; D59588, 1º/06/2021, 03 meios de propaganda 15,75m; D59589, 02/06/2021, 01 meio de propaganda 3,75m; D59592, 04/06/2021, 02 meios de propaganda 1,80m; D59591,